

ESPAÇO
PEDAGÓGICO

**DIÁLOGO COM
EDUCADORES**

A sessão Diálogo com Educadores tem o prazer de contar com a colaboração do professor doutor Ângelo Ricardo de Souza da Universidade Federal do Paraná. A sua participação no presente dossiê justifica-se pela trajetória política e intelectual em defesa da educação pública, mas, também, pelos vínculos que tem com o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo. A defesa de uma educação pública de qualidade e uma gestão democrática da educação têm caracterizado a trajetória do professor Ângelo, de modo particular na construção do Plano Nacional de Educação aprovado em 2014. Um dos grandes embates foi o caráter público da educação e o papel do Estado no seu financiamento.

As questões que orientaram o presente diálogo com o professor Ângelo permitem uma reconstrução da sua formação acadêmica, a inserção em atividades de gestão, as pesquisas em andamento e os desafios da pós-graduação *stricto sensu*. Sua vasta produção acadêmica é materializada na publicação de mais de 60 artigos em periódicos, em torno de 30 capítulos de livros, em livros autorais e como organizador, em dezenas de trabalhos apresentados e publicados em eventos científicos no Brasil e no exterior. Toda essa produção é transversalizada por temas como: gestão democrática da educação; financiamento da educação; formação docente; pesquisas em políticas educacionais, avaliação, entre outros.

Desejamos que essa experiência nos ajude a refletir sobre os desafios de uma educação pública de qualidade num contexto de crescente privatização dessa.

REP – *Você é hoje um pesquisador reconhecido no Brasil e na América Latina. Conte-nos um pouco de sua trajetória de vida e a formação acadêmica. Qual foi o percurso de sua formação até chegar ao campo das políticas?*

Ângelo – Sou licenciado em Educação Física, e assim que me graduei fui trabalhar, após aprovação em concurso público logo no final da graduação, na Rede

Recebido em 14/06/2019 – Aprovado em 30/09/2019

<http://dx.doi.org/10.5335/rep.v27i1.10587>

Municipal de Ensino de Curitiba, como docente para os anos iniciais do ensino fundamental, na época 1º grau, em 1991.

Dois anos depois, assumi outro concurso na Rede Estadual de Ensino do Paraná, para trabalhar com a educação física para alunos dos anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio. Atuei por vários anos na docência e então, por motivo de problemas de saúde com nossa candidata, acabei assumindo uma candidatura à direção na escola municipal na qual trabalhava.

Uma vez eleito, mas ainda não empossado, fui convocado para assumir uma vaga na UFPR, por conta de um concurso para professor que eu havia feito no departamento de educação física da universidade. Fiquei muito dividido, mas optei por permanecer na rede de educação básica, pelo compromisso com a comunidade que acabava de participar do processo eletivo e construído junto conosco uma proposta de mudança para a escola. Desisti, portanto, daquela vaga para professor na UFPR.

Permaneci na direção da escola por seis anos, tendo sido reeleito após o primeiro mandato de três anos.

Quando estava no segundo mandato, iniciei meus estudos de mestrado na PUC-SP, e focalizei minha investigação no campo da Política e Gestão da Educação, especialmente nas questões atinentes à gestão escolar. Com isto, eu sabia que adentrava outro campo, o qual poderia inclusive me distanciar definitivamente da educação física.

Após o mestrado, já no final do período de gestão da escola pública, prestei outro concurso na UFPR, agora no Departamento de Planejamento e Administração Escolar, para o qual fui aprovado. Afastei-me da escola e da rede de educação básica, na qual havia retornado às aulas de educação física e fui trabalhar na educação superior.

Ali dei sequência à formação acadêmica e continuei estudando a gestão escolar, ampliando nos estudos de doutorado o alcance da investigação, e se no mestrado eu havia investigado a gestão escolar a partir de um estudo de caso, no doutorado elaborei um dos primeiros perfis sobre a gestão escolar no Brasil, tomando dados nacionais para tanto.

Esta formação agregada à temática do departamento no qual me insiro na UFPR trouxe-me ao campo da política e gestão da educação.

Todavia, sempre que possível pego uma turma do curso de licenciatura em educação física, para ministrar a disciplina de Políticas Educacionais, pois assim consigo manter próximas minhas duas paixões acadêmicas.

REP – De 1999 a 2001, você realizou seu mestrado da PUC/SP, defendendo a dissertação “A escola, por dentro e por fora: a cultura da escola e o programa de descentralização financeira em Curitiba/PR”; e, de 2003 a 2007, realizou o doutorado também na PUC/SP, defendendo uma tese sobre “O Perfil da gestão escolar no Brasil”, com a orientação do professor José Geraldo Silveira Bueno. Quais aspectos importantes poderiam ser ressaltados nessas duas pesquisas e suas contribuições para sua formação como pesquisador e na produção acadêmica atual?

Ângelo – Eu fui estudar essa temática provocado pelas experiências profissionais na gestão da escola pública de educação básica. Sempre tive interesse em conhecer melhor as pessoas que dirigem as escolas e os processos de condução dessas instituições.

No mestrado, tomei a discussão da gestão financeira da escola, pois tendo sido diretor escolar, verifiquei mudanças significativas no cotidiano da gestão, com fortes impactos na política escolar, advindas dos câmbios promovidos pela transferência de recursos financeiros. Assim, minha questão ali se articulava ao quanto a organização e a cultura (de gestão) escolar é impactada pelas políticas educacionais, particularmente as de natureza financeira. Minhas conclusões indicam que a gestão escolar constitui modos próprios de acolher e, ao mesmo tempo, rejeitar aspectos das políticas educacionais, ressignificando-as e adaptando-as às suas necessidades e tradições.

Já na pesquisa de doutorado, meu foco foi produzir um panorama amplo da gestão da escola pública no Brasil, buscando identificar se o perfil dos sujeitos e processos de gestão escolar se articulam, e em que proporção, ao perfil das ideias e conceitos consagrados no campo na história do Brasil. Isto é, interessava-me saber se os dirigentes escolares e a administração escolar eram devedores em qual proporção da história das ideias sobre gestão escolar no país. Após um levantamento amplo, com base de dados nacionais, identifiquei uma correlação entre o perfil dos sujeitos, dos processos e das ideias, mas com marcas temporais um tanto definidas, tendo em vista especialmente a natureza político-pedagógica na gestão escolar.

Este ponto, por sinal, é o elemento que ainda hoje persigo em meus estudos. Meu foco recai, em estudos mais atualizados, sobre a condição política de se conduzir uma escola de educação básica, uma vez que as relações sociais e a disputa por poder que atravessam diuturnamente a gestão escolar são marcantes.

REP – *Como você avalia os avanços e as dificuldades em fazer pesquisa no campo das políticas educacionais no atual cenário brasileiro?*

Ângelo – Nosso objeto é a conjuntura. Em políticas educacionais estudamos a relação entre as demandas sociais por educação e a resposta (na forma de ação ou não-ação) do Estado diante dessas demandas.

Sempre haverá demanda educacional, explícita, latente ou potencial, e o Estado não pode argumentar que a desconhece. O atendimento a dada demanda, também gera, em boa proporção, não atendimento a outras demandas, isto é, o Estado promove escolhas que se articulam ao movimento próprio da luta política.

Vivemos tempos complexos e difíceis, nos quais o Estado escancara prioridades outras, em detrimento do atendimento a muitas demandas sociais por educação. Nossos estudos ganham, assim, um novo cenário, uma nova conjuntura. Nem por isto, ao contrário, justamente por isto, temos diante de nós um novo movimento da política, que precisa ser explicado. Nosso ofício de pesquisador, neste caso, é conseguir explicar bem quais processos políticos têm se alterado na educação (vinculados ou não à macro política), como isto tem ocorrido, porque temos visto essas opções políticas e, em especial, quais decorrências desses processos são perceptíveis e/ou previsíveis.

Ou seja, nossa função diante desta conjuntura é auxiliar o entendimento do contexto e movimentos, de maneira a amparar as ações das pessoas (gestores públicos, docentes, sindicalistas, cidadãos em geral, pesquisadores mesmo) no enfrentamento dos problemas.

Contudo, tal conjuntura traz um componente que torna nosso trabalho mais difícil, que são os cortes de recursos para a ciência e a tecnologia, os quais gerarão a interrupção ou cancelamento de pesquisas e da formação de novos pesquisadores, comprometendo aquele objetivo que destaquei anteriormente.

REP – *Em 2014-2015 você realizou um Pós-Doutorado na University of Bristol da Inglaterra. Como foi essa experiência e o que destacaria de significativo nas pesquisas inglesas sobre as políticas de educação?*

Ângelo – Esta experiência de pesquisa foi muito importante para minha formação, pois conheci pessoas, realidades e abordagens de pesquisa bastante diferentes do que estava acostumado.

Em essência, os objetos de pesquisa que percebia no grupo em que estive inserido, sob comando dos professores Roger Dale e Susan Robertson, na University

of Bristol, abarcam temáticas muito amplas, pois em tal grupo havia pessoas de vários lugares do mundo, com contextos muito diversos, portanto, com políticas educacionais peculiares.

Contudo, como o grupo tem por eixo o debate sobre Globalização e Educação, tínhamos quase todos uma “amarra” comum: o reconhecimento sobre a influência das macropolíticas internacionais no desenho de políticas educacionais nacionais ou locais. No mundo todo, temos observado o crescimento da transferência de responsabilidades educacionais do Estado para a sociedade civil e/ou a aproximação e assunção de tarefas educativas por agentes privados, tanto na educação superior, onde isto é mais evidente, quanto na educação básica.

Assim, estudos sobre planejamento educacional, como o que eu próprio desenvolvia, ou sobre livros didáticos, ou sobre financiamento da educação superior, ou sobre reformas curriculares, ou sobre políticas de formação docente, etc., encontrávamos um eixo comum, que mais que supranacional é transnacional, isto é, alcança aspectos culturais da conformação e organização dos sistemas educativos, chegando, portanto, às pessoas que atuam em cada classe de aula.

Na Inglaterra, em particular, as discussões sobre a chamada economia do conhecimento e a força do capital privado na educação superior continuam, assim como a questão da responsabilização docente e a questão dos impactos sobre a organização escolar provocados pelas políticas de avaliação. Mas, é crescente o debate sobre educação e questões étnicas, educação e desigualdade, educação e diversidade, dentre outros temas correlatos, tendo em vista as pressões geradas pelas demandas sociais como a crise dos refugiados, o número muito elevado de estrangeiros (e seus filhos que vão à escola) sem o domínio da língua inglesa, etc.

REP – *Atualmente, você está desenvolvendo dois projetos de Pesquisa: “Análise comparada das políticas educacionais nas Américas: contextos, movimentos e direito à educação” e “Políticas públicas e mudanças sociais”. Ambos os projetos contam com inúmeros pesquisadores. Conte-nos um pouco destes dois projetos e de que forma a pesquisa realizada nos PPG em Educação podem contribuir com as políticas públicas na educação básica?*

Ângelo – São dois projetos que articulam grupos de pesquisa. O primeiro deles, “Análise Comparada das PE...”, congrega pesquisadores do Brasil, Chile, Argentina, EUA e Uruguai. Este projeto de pesquisa se propõe a investigar comparativamente os movimentos da macropolítica e suas decorrências no alcance

e na efetivação do direito à educação básica e superior nos países mencionados, considerando as consequências das continuidades e descontinuidades das políticas educacionais elaboradas em contextos democráticos após trocas nas orientações políticas e ideológicas nos governos desses países. Vimos nos quatro primeiros países mencionados um câmbio ao conservadorismo nas últimas eleições e gostaríamos de saber as resultantes deste movimento da macropolítica na política educacional. O Uruguai entra na pesquisa como uma espécie de contraprova.

O segundo projeto, “Políticas Públicas e Mudanças Sociais”, é um projeto de pesquisa, mas antes é um projeto institucional e foi criado no âmbito do edital Capes-PrInt. Este projeto propõe o desenvolvimento de processos inovadores de análises comparadas, desenvolvimento de metodologias, avaliações e propostas de implementação de políticas públicas, em particular as de caráter social. Metodologicamente, a proposta indica troca de experiências no plano da pesquisa empírica, comparando realidades diferentes; produção cooperada de modelos analíticos e; no campo epistemológico, na consolidação de teorias explicativas que permitam articular a complexidade das relações entre Estado, mercado e sociedade civil organizada em contexto de globalização, destacadamente atentando-se para os elementos contribuintes do desenvolvimento da democracia e da cultura, como a Educação. Ele articula sete PPG da UFPR (Educação, Sociologia, Políticas Públicas, Educação Física, Enfermagem, Direito e Informática) com grupos de pesquisa dentro da temática mencionada em 34 universidades estrangeiras.

Avalio que ambos trarão contribuições importantes. Neste segundo projeto, a discussão mais ampla sobre a proposição, implementação e avaliação de políticas públicas (em educação) contribuirá, potencialmente, com os estudos que o campo vem desenvolvendo no Brasil, em especial na temática denominada de Avaliação de Políticas Educacionais.

O outro projeto produzirá, esperamos, um panorama sobre o background no qual a política educacional é desenhada e implementada. Nossa hipótese, todavia, é que as macropolíticas produzem mudanças imediatas, mas com efeitos um tanto retardados, o que amplia chances de resistências a tais mudanças.

REP – *Você é, atualmente, coordenador adjunto da área de Educação na Capes. Fale-nos um pouco dessa experiência e de que forma você avalia o processo de expansão e interiorização da pós-graduação ocorrido nas duas últimas décadas?*

Ângelo – Nossa área cresceu muito. Uma década atrás éramos 94 PPG, hoje, chegamos a 184. Estamos em todos os estados da federação, e temos crescido também a oferta dos níveis (89 doutorados) e modalidade (49 PPG profissionais). Continua havendo ainda forte disparidade regional, pois na região Norte temos apenas 13 PPG contra 73 no Sudeste e 47 no Sul, portanto, ainda há que se buscar melhorar a distribuição desta oferta no contexto nacional.

A pós-graduação em educação tem um papel significativo na qualificação de quadros altamente especializados e, portanto, um potencial de contribuição significativo para a formação docente da educação básica e superior.

Precisamos, contudo, ampliar a inovação nesta oferta, buscando produzir novas formas mais criativas para a formação no nível da pós-graduação, pois temos visto uma tendência de muita homogeneidade na área, no que se refere à proposta e desenho curricular dos PPG.

Sou otimista quanto a isto, pois vejo potencial nas equipes que tocam os PPG. O sistema de avaliação da Capes também tem um papel importante aqui, valorizando mais as iniciativas dos programas nesta direção.

REP – *Como você avalia as medidas recentes de cortes do governo em cortar recursos para o financiamento das pesquisas e das bolsas de mestrado e doutorado?*

Ângelo – Os cortes de recursos podem inviabilizar boa parte dos trabalhos que a pós-graduação desenvolve, não apenas nas bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, mas no fomento ao funcionamento dos programas, tornando mais complexa a inter-relação entre eles e, portanto, diminuindo as chances de aprendizado mútuo e cooperação no desenvolvimento científico e tecnológico no país.

Penso que a comunidade acadêmica deve continuar a reivindicar a reposição do quadro orçamentário anterior, lutando pela qualidade da ciência e, mesmo antes, pela sobrevivência do sistema nacional de pós-graduação.

REP – *Qual sua avaliação em relação às mudanças que estão sendo introduzidas no sistema de avaliação da Capes atualmente?*

Ângelo – O sistema nacional de pós-graduação é construído gradualmente pelos organismos próprios na Capes, em constante diálogo com as diferentes áreas. Assim, as mudanças que estão sendo propostas agora não são inovação de uma ou outra gestão na Capes. Ao contrário, expressam as discussões e amadurecimentos do CTC da Educação Superior, que reverberam também o desenvolvimento das áreas.

As mudanças em curso sinalizam, dentre outros aspectos, para um Qualis Periódicos referência, o que permitirá que não tenhamos mais diversas classificações para um mesmo periódico, acolhendo reivindicação antiga de todas as áreas. Também aponta para uma nova ficha de avaliação, mais sintética e focalizada nos aspectos mais relevantes, em especial, na centralização no entorno das ideias de Formação e Impactos. Teremos também parâmetros para a avaliação que versam sobre Internacionalização e Inovação, que são aspectos importantes para o dimensionamento da qualidade da PG, mas que não possuem ainda um padrão avaliativo.

REP – *Especificamente sobre a “Privatização da Educação” (temática do Dossiê da Espaço Pedagógico), que processos estão em curso no Brasil e em que medida tais processos ameaçam a escola (educação??) Pública?*

Ângelo – Cresce a olhos vistos a presença e participação privada na educação básica, especialmente nas redes dos municípios menores e com menor capacidade técnica. Em particular, tal presença se traduz: a) no conveniamento na educação infantil e na educação especial; b) na venda de sistemas didáticos (apostilas, livros) e de formação de professores; c) na venda de mecanismos de planejamento e gestão, avaliação e controle; d) na definição de objetivos e metas da educação.

Mas, também, discute-se sem pudor alterações no modelo de financiamento da educação superior, no que tange à cobrança de taxas nas Instituições Públicas de ES e à retomada da ideia de priorização de algumas IES (Centros de Excelência) em detrimento da maioria (Centros de Formação).

Minha percepção é que isto é parte de um processo mais complexo, que passa pela ressignificação do papel do Estado para com a Educação. Assim, creio que continuaremos vendo nos próximos anos: ampliação do atendimento assistencial via educação na educação infantil e na educação especial por meio de parcerias com o privado e com o informal; aprovação de mecanismos de desobrigação da frequência escolar (home schooling); manutenção ou ampliação da isenção fiscal para os usuários da escola privada; incentivo à política de transferências de responsabilidades educacionais das redes públicas para a sociedade (Charter School; OS/ OSCIP; Políticas de voucher etc.); segmentação do ensino médio em dois grandes modelos: escolas de formação ampla e de qualidade (privadas e algumas públicas) x escolas com um itinerário e foco na singela formação profissional; mercantilização absoluta da educação superior; risco sério de desmonte do SNPG.

REP – *Até que ponto a expansão do setor privado empresarial no campo da educação afronta os pressupostos do artigo 205 da Constituição de 1988 de uma educação como dever do Estado e da família, visando “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”?*

Ângelo – A Constituição Federal de 1988, segundo Jamil Cury, mudou um dispositivo importante na relação entre o público e o privado na educação: converteu a ideia de concessão para autorização. Isto é, a partir de 1988, o segmento privado precisa de autorização para oferta dos serviços educacionais, mas a educação deixa de ser uma concessão do Estado, portanto, “enfraquece” neste momento o peso e o poder no Estado na regulação e controle da oferta educacional pelo segmento privado.

De toda forma, o segmento privado que mais cresce neste período é o empresarial, ou o privado *stricto sensu*, e este lida com um elemento novo, pelo menos oficialmente, na educação nacional: o lucro. Aqui temos um problema de fundo: é possível uma instituição lucrativa acolher e desenvolver o princípio constitucional de colocar a educação como ativo para o pleno desenvolvimento da pessoa e para o exercício da cidadania?

Minha hipótese é que isto não parece possível. O mais complexo é que tem se esparramado a ideia de que são essas as instituições educacionais de referência, que devem servir de modelo não apenas pelos resultados escolares, mas pelos modelos de gestão e pelas propostas pedagógicas. O risco que se corre aqui, com a difusão de tal ideia, é o que Jorge Alarcon Leiva chama de privatização da alma, que é representada pela diminuição tamanha do público que ele ficará em um gueto, atendendo apenas aqueles que não podem, em absoluto, pagar por qualquer serviço educacional, como tem se passado no Chile.

Minha esperança reside, todavia, no fato de que a história e a presença do Estado na educação nacional é tamanha e, de outro lado, a resistência especialmente dos educadores das redes públicas, organizados nos sindicatos docentes, tem força suficiente para, junto conosco, nas universidades, possamos fazer frente a esta forte onda conservadora e privatista.

Nota

¹ O presente Diálogo com Educadores contou com a mediação, em nome da Revista Espaço Pedagógico, do Prof. Dr. Altair Alberto Fávero e do Prof. Dr. Telmo Marcon, integrantes do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo.